

Memórias

A voga do biografismo nativo

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

O BIOGRAFISMO é uma tendência que surge com intensidade, em voga internacional – e que Philippe Lejeune, incluindo-o no âmbito do autobiografismo, tanto tem estudado¹. Entre nós, toma impulso nos anos de 1970, quando os autores passam a vasculhar desvãos e personagens mais enigmáticos. Aos poucos, foram resultando livros estimulantes, baseados em pesquisa, que iluminam celebridades da terra tais como políticos, cantores, artistas, ídolos do futebol etc.

Este novo biografismo distingue-se daquele que as editoras nunca deixaram de manter, em séries sem maiores pretensões, amiúde encadernadas e vendidas a prazo. O cardápio tampouco varia, concentrando-se em figuras históricas, nacionais e estrangeiras, com base em reedições. Outra linha é aquela suscitada pelo efemeridismo, que é a mania midiática de festejar datas, sobretudo se forem redondas. Graças a isso, conseguimos retroceder alguns milênios e a astrologia voltou a comandar nossas vidas. Basta a Terra completar mais uma circunvolução, e comemoramos. Enquanto isso, acusamos o Islã de atraso. Só em agosto de 2004, devido ao cinquentenário do suicídio de Getúlio Vargas, cinco novos livros sobre o ditador foram lançados. Um deles, *O dia em que Getúlio matou Allende* (2004), de Flávio Tavares, é antes um ensaio com reminiscências sobre os últimos dias de Getúlio e mais sobre Allende, com quem conviveu. O autor sustenta a hipótese de que Allende teria visto no suicídio de Getúlio um modelo, devido ao impacto que teve, por isso imitou-o vinte anos depois, sem obter, no entanto, o mesmo efeito.

Entre nós, o novo biografismo tem uma origem específica, apesar de transbordar posteriormente desse estreito vale: o resgate da saga da esquerda, duramente reprimida pela ditadura militar que se implantou por golpe em 1964. Depois se ramificaria em várias direções; afora a biografia, na literatura, no romance, na reportagem, no tratado histórico. E em cinema, no filme de ficção, no documentário longo, no documentário curto para TV, no docudrama.

É igualmente nos anos de 1970 que avultam o memorialismo e o romance-reportagem, que como que demarcam os limites laterais do biografismo, com ambos mantendo fronteiras às vezes indistintas. O memorialismo, há tempos praticado no país, deu, todavia, um salto de qualidade ao surgir a monumental obra em seis volumes de Pedro Nava. Era extraordinária e surgiu num momento em que a literatura andava em baixa, tornando suas memórias um padrão de qualidade que as obras ficcionais coevas não atingiam. Com uma capacidade invejável de reconstituir os ambientes de sua ancestralidade até várias gerações, e criando com liberdade o que não podia propriamente reconstituir, Pedro Nava

acaba por fazer também um pouco de história imaginária, ou do imaginário. Ergue-se ante nossos olhos o passado de Minas Gerais, do Ceará e do Rio de Janeiro, porém em panorama com a vividez do cotidiano e da experiência imediata que só a ficção pode dar. Daí que, quanto mais recuada sua rememoração, tanto mais estimulante o resultado dela, enfraquecendo-se e decaindo quanto mais se aproxima do presente.

Nava fora participante do grupo que realizara a Semana de Arte Moderna em 1922. Entretanto, seguiria uma brilhante carreira de médico, e só no fim da vida se dedicaria a escrever, embora mantivesse desde o início diários e cadernos de anotações com desenhos. A prosa modernista e uma grandiosa cultura geral, quadro no qual Proust é freqüentemente invocado, são perceptíveis em sua pena. No âmbito da literatura, é a maior realização dos anos de 1970.

A obra de Pedro Nava é então um dos dois padrões do memorialismo, à época: o memorialismo dos velhos, voltado para o passado, até remoto. E de alto nível estético.

Do outro lado, coloca-se o outro padrão, o memorialismo dos muito jovens, que na primeira mocidade já têm experiências terríveis para contar, devido às voltas da história e à instalação do terror de Estado pela ditadura. Esses jovens, especialmente os da guerrilha urbana, têm muito a testemunhar sobre a tortura, o cárcere, o exílio.

O primeiro a surgir, e que permaneceu como uma espécie de carro-chefe, é *O que é isso, companheiro* (1979), de Fernando Gabeira. O autor participou do grupo que, em façanha sem precedentes em qualquer lugar do mundo, raptou o embaixador americano e o manteve em seqüestro por largo período, em 1969, no Rio de Janeiro. O objetivo era obter a libertação ecumênica daqueles que estavam presos e eram torturados, pertencentes às várias agremiações em que a esquerda se dividia, fossem operários, militares ou estudantes. Entre estes, e dos mais conhecidos, estava José Dirceu, líder estudantil em São Paulo, Ministro do governo Lula. Gabeira narra as peripécias da ação, e também as seqüelas, quando o grupo acabou por ser capturado, ele mesmo tendo levado um tiro e quase morrendo, todos torturados etc., até que fossem libertados em troca de outro embaixador, desta vez o alemão. Mais tarde, o livro seria filmado por Bruno Barreto.

Esse tipo de memorialismo dos jovens deu muitos frutos, e dá até hoje, quando ativistas que não escreveram então, escrevem agora, como Flávio Tavares em *Memórias do esquecimento* (1999). Encontra-se nesse memorialismo uma discussão político-ideológica em primeiro plano, mas também uma meditação sobre o quanto a militância e a clandestinidade interferiram numa mocidade que talvez fosse corriqueira. A guerrilha desses anos encontrou seu tratadista em Jacob Gorender, com *Combate nas trevas* (1987).

É contemporâneo do início do novo memorialismo o romance-reportagem, de modelo norte-americano, que, como o rótulo indica, ficcionaliza eventos de impacto midiático, em geral na área da delinqüência e da contravenção.

Aqui podemos lembrar o nome de José Louzeiro, que escreveu aquele de maior êxito, *A infância dos mortos* (1977), sobre meninos de rua e os maus-tratos de que são vítimas. Transposto para o cinema por Hector Babenco, como *Pixote – A lei do mais fraco* (1980), faria carreira internacional e tornaria seu autor famoso. Esse diretor já filmara, do mesmo autor, *Lúcio Flávio – Passageiro da agonia* (1977). Podem-se citar ainda alguns títulos de outros autores do gênero: de Percival de Souza, *A prisão* (1977), *Violência e repressão* (1978), *Society cocaína* (1981); de Silvan Paezzo, *Madame Satã* (1972), várias vezes objeto do cinema e do teledrama; que narra a trajetória de um famigerado bandido homossexual do Rio de Janeiro; *O crime antes da festa* (1977), de Aguinaldo Silva, em torno do assassinato de uma bela socialite. Como seu nome indica, o romance-reportagem desenvolve um discurso praticamente indiscernível do jornal: sensacionalismo, ângulo de terceira pessoa, linguagem desataviada e que não evita o lugar-comum etc.

Embora dominante naquela década e posteriormente suplantado pelo biografismo, o gênero continua atual. Dráuzio Varella – autor de *Estação Carandiru* (1999), que vendeu 470 mil exemplares – ficou famoso e ganhou *talk-show* na televisão. Viria a se tornar uma autoridade midiática em assuntos de saúde. O livro relata sua experiência como médico do presídio e o conhecimento íntimo da vida dos detentos que assim adquiriu. O Carandiru foi por décadas a principal prisão da cidade de São Paulo, ora desativada e demolida. Nela ocorreu o “massacre do Carandiru”, em que uma rebelião foi reprimida ao custo de 111 detentos mortos, em 1992. Em decorrência, outros escreveram sobre o mesmo assunto, filmes foram feitos, inclusive um diretamente sobre esse livro, pelas mãos de ninguém menos que Hector Babenco. O assunto renderia ainda o documentário *O prisioneiro da grade de ferro: auto-retratos* (2003), direção de Paulo Sacramento, interessante experimento em que o diretor cede a câmera aos presos, para que filmem uns aos outros. Varella agora passou a escrever ficção, em *Por um fio* (2004), com relatos ficcionalizados de sua prática médica. Com fotos clicadas pelo fotógrafo profissional Doug Casarin, já surgiu mais um, *Carandiru III* (2003).

Outros exemplos são dois livros do jornalista Zuenir Ventura. Um é *Chico Mendes – Crime e castigo* (2004), série de reportagens realizadas quando do auge do movimento dos Povos da Floresta, em defesa da Amazônia, tendo à frente o seringueiro, ambientalista e líder sindical, e completadas quinze anos após seu assassinato. O outro é *1968 – O ano que não terminou* (1988), nosso Maio de 1968, de que o autor foi participante, tendo acabado preso. Ambos são grandes reportagens, simultaneamente integrando a saga da esquerda.

Alguns traços do memorialismo e do romance-reportagem permeariam o biografismo, que assim ficou contaminado por ambos. Do memorialismo, a experiência pessoal: os autores não estão registrando suas próprias vidas, mas vidas com as quais se identificam, que fazem parte de sua experiência vicariante e que aprovam, de uma maneira ou de outra. Do romance-reportagem: ao fazer uma biografia, cercam uma área e tratam de investigá-la minuciosamente, inventariando sua cartografia social e humana.

O primeiro desses livros, aliás, é uma grande reportagem, *A ilha* (1976), de Fernando Morais, até hoje destacado cultor do biografismo, inclusive por seu pioneirismo. A “ilha” é Cuba, que contava com vasto número de simpatizantes em nosso país, o autor inclusive, mas era tabu, e à qual a ditadura proibia qualquer menção. Sumiram livros, discos, pôsteres, camisetas com a effigie de Guevara. A Revolução Cubana, contemporânea de nosso período de populismo esquerdizante, mostrava um modelo pelo qual uma “Banana Republic” recuperava a dignidade e repudiava a condição de bordel do imperialismo. O sedutor grupo de jovens barbudos, em uniforme cáqui e fumando charutos, logo que tomou o poder veio informalmente a nosso país, tendo passado quase despercebido, pois ninguém ainda lhes atribuía importância. Mas depois Che Guevara voltaria e seria recebido pelo presidente Jânio Quadros, que lhe conferiu uma das maiores condecorações do país, com ampla repercussão. Lia-se Régis Debray e se procurou adaptar as teorias da “revolução na revolução” às condições de nosso país; também se lia tudo o que se escreveu sobre Cuba, Sartre principalmente; ouvia-se sua música. Torcia-se para que desse certo aquela tentativa de arrancar um território tropical do atraso e da ignomínia. Aos cubanos, como aliás até hoje, e mesmo durante nossa ditadura, ligavam-nos similaridades de país tropical, de forte presença africana e de música.

Morais foi à ilha longamente no pior período do terror de Estado no Brasil e publicou seu livro ainda sob sua vigência: datam do final de 1975 e do início de 1976 os dois últimos assassinatos sob tortura, os do jornalista Vlado Herzog e do operário Manuel Fiel Filho.

Milhares de brasileiros desejavam informações fidedignas sobre Cuba, e isto foi o que *A ilha* trouxe, junto com uma visão positiva a respeito dos resultados da implantação de um regime socialista, trazido pela Revolução Cubana. O autor, homem de esquerda, que mais tarde seria deputado, além de secretário da Cultura e da Educação do Estado de São Paulo, ficaria conhecido como uma espécie de embaixador sem pasta daquele país. O livro tornou-se *best-seller* aqui, e logo seria traduzido nos Estados Unidos e na Europa. Um quarto de século depois, ao preparar a trigésima edição, o autor voltaria à ilha para incorporar à sua obra a devastação econômica e social causada pelo fim da Guerra Fria e pelo embargo norte-americano.

Em 1981, viria à luz *Morte no paraíso*, de Alberto Dines, sobre a vida e a morte de Stephan Zweig. Este autor, de prestígio a seu tempo, passaria no Brasil seus últimos anos como refugiado da perseguição nazista. Escreveria *Brasil, país do futuro*, e se tornaria uma instigação às elocubrações devido a seu suicídio em 1942, que, largamente divulgado, nunca seria objeto de explicações suficientes, pairando no ar como um enigma. Este, o livro de Dines se propõe elucidar. Mais tarde, o livro viraria filme pelas mãos de Sílvio Back, sério documentarista com muitas obras a seu crédito, com o título de *Lost Zweig* (2004). O autor depois escreveria *Vinculos do fogo* (1992), uma biografia de Antonio José da Silva, o

Judeu, o primeiro dramaturgo brasileiro, que pereceria nas fogueiras da Inquisição, em Portugal. Antes publicou *O baú de Abravanel* (1990), inesperada biografia do poderoso apresentador e concessionário de TV Sílvio Santos. De certo modo, ao concentrar-se nesses protagonistas, Dines contribui para ir completando aquilo que outros autores judeus como Samuel Rawet e Moacyr Scliar encetaram em ficção, sobre sua aclimação no país.

Uma peça a mais nesse xadrez seria *Iara* (1991), de Judith Liebllich Patarra, traçando o retrato de uma geração, à qual pertenceu a própria autora, contemporânea de Iara na Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia, no centro de São Paulo, onde ambas estudaram. O livro forneceria subsídios para o filme *Lamarca* (1993), de Sérgio Rezende, e para um documentário de TV sobre a guerrilheira.

Modelar é *Olga* (1985), livro seguinte de Fernando Morais, que narra a tragédia de Olga Benario, a judia alemã, membro do serviço secreto militar soviético, emissária do Komintern para atuar no Brasil e que foi mulher de nosso maior líder comunista, Luís Carlos Prestes. Num lance sempre sussurrado mas pouco elucidado foi entregue, depois de presa pela polícia política do ditador Vargas, e grávida, aos nazistas, em 1936. Nesse mesmo ano, daria à luz na prisão de Barnimstrasse uma filha, Ana Leocádia Benario Prestes, viva ainda hoje e residindo no Brasil. Mais tarde seria levada para o campo de concentração de Ravensbrück, e dali retirada para morrer na câmara de gás de Bernburg, em 1942.

Essa história acabaria por ser filmada por Jayme Monjardim (*Olga*, 2004). Anteriormente, havia o livro *Olga Benario*, de Ruth Werner, publicado na Alemanha Oriental em 1961, pela Verlag Neues Leben, e reeditado em 1984. Neste mesmo ano foi feita uma exposição sobre sua vida na Galerie Olga Benario, em Berlim, à Richardstrasse 104, com edição de um catálogo que leva seu nome. É bom lembrar que ela, há tempos, é uma heroína dos fastos comunistas. É nome de rua, completo, “Olga Benario Prestes”, em Berlim Oriental. Afora isso, contam-se no mínimo uma centena de escolas, creches, ruas e praças assim batizadas por toda a Alemanha Oriental. Sua beleza de olhos transparentes aparece em effigie em moedas e selos. As crianças ouviam falar dela nas aulas de História. E, finalmente, foi-lhe dedicado um docudrama intitulado *Olga Benario – Uma vida pela revolução* (*Olga Benario – Ein leben für die Revolution*), em 2003, dirigido por Galip Iyitanir. É comovente ver suas antigas companheiras de campo de concentração falando dela e de seu bebê. O acervo de documentos é opulento, incluindo fotografias antigas e trechos de filmes, além da filmagem moderna dos lugares e das edificações. E ficamos sabendo da origem de seu sobrenome, tão pouco germânico: Ben Arieh, Filho de Leões. Renegada por sua própria família, que entretanto também morreria em campo de concentração (exceto o pai, cedo falecido), o nome que deu à filha homenageia, juntamente com a mãe de Prestes, outra guerreira brasileira. Não é das menores sutilezas do filme começar por uma dupla de cantadores nordestinos entoando a história de Olga, como se fosse um romance de cordel.



O diretor Jayme Monjardim diante de pôster de seu filme Olga, no Rio de Janeiro (RJ).

Olga vendeu 170 mil exemplares só na reedição pela Companhia das Letras, sem contar a edição original na Alfa Ômega.

Dois traços definem os inícios do novo biografismo: em primeiro lugar, versaria as vidas ou de brasileiros ou de pessoas de interesse crucial para a história do Brasil, pouco divulgadas; em segundo, defenderia causas progressistas. Teria muito a ver com a necessidade de urdir a crônica dos tempos próximos, enquanto o recuo azado à historiografia demorasse a se instalar. O fato de alguns deles terem se tornado *best-sellers* foi uma benesse a mais.

A crônica da resistência à ditadura militar de 1964 ainda obceca os brasileiros. E certamente muito anos se passarão antes que seu processo possa ser encerrado. A abertura, há poucos anos, dos arquivos do Dops (Departamento de Ordem Polícia e Social), já viabilizou novos trabalhos, enquanto outros arquivos permanecem trancados. Ao jornalista investigativo Percival de Souza devemos um olhar original, que perquiriu o lado de lá, ao focalizar, entre seus muitos livros, o cabo Anselmo e o delegado Fleury. Algo desse vulto e dessa truculência tão cedo não trará paz às consciências brasileiras.

Trabalhos, depoimentos, testemunhos, ensaios críticos, teses, tratados, biografias, ainda virão a público. Marighella e Lamarca, bem como Luís Carlos Prestes e Pedro Pomar, já foram biografados, a exemplo de vários outros militantes e guerrilheiros. Já houve obras de cunho coletivo, como duas sobre as mulheres na resistência. Documentários de cinema sobre tais vidas já foram feitos, em geral no formato para televisão, como, afora os supracitados sobre Iara ou Prestes, os coletivos *Que bom te ver viva* (1989), de Lúcia Murat, sobre as mulheres na luta

armada, ou *15 filhos*, curta de Marta de Oliveira e Marta Nehring (1996). Mas ainda falta muita gente, inclusive a que povoa a história da guerrilha do Araguaia, iniciada com *O coronel rompe o silêncio* (2004), de Luiz Maklouf Carvalho, autor do livro em que se baseou o filme de Lúcia Murat.

Aquilatando sua importância, basta ter em mente que o jornalista Elio Gaspari, durante trinta anos coletando documentos e entrevistando os principais interessados, está pondo o ponto final de uma monumental história do período, em cinco volumes². Já saíram os quatro primeiros, enquanto aguardamos o quinto e último. O autor ganhou a confiança do homem forte e ideólogo dos últimos governos ditatoriais, o general Golbery do Couto, que lhe franqueou seus arquivos, e do secretário pessoal deste e do presidente Ernesto Geisel sucessivamente, Heitor Aquino Ferreira, que manteve por décadas a fonte preciosa de um minucioso diário de governo.

Depois de sua primeira biografia, *Olga*, Fernando Moraes se dedicaria a radiografar a complexa personalidade daquele que foi um reputado empresário da imprensa, *Chatô – O rei do Brasil* (1994), apelido de Assis Chateaubriand, sempre às voltas com negociações escusas e um dos mais poderosos homens de seu tempo, a quem todos, até presidentes da República, temiam. Ainda outro, *Corações sujos* (2000), investiga um intrigante episódio de nossa história, só agora esclarecido, em que imigrantes japoneses resistiram à rendição do Japão na Segunda Guerra e organizaram uma sociedade secreta, a famigerada Shindo-Remei, que justificava os “traidores”, ou seja, aqueles que não acatavam a derrota de seu país de origem. Tem anunciadas duas biografias, que, ao escolher homens poderosos, prolongam a linha mais de *Chatô* que dos outros: de Antonio Carlos Magalhães, o cacique baiano do PFL, e do marechal-do-ar Montenegro, fundador do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (o ITA, de São José dos Campos).

Dentre os vários de Ruy Castro, ressalta a biografia do jogador de futebol Garrincha, intitulada *Estrela solitária* (1995): um gênio em seu esporte, cuja conduta ingênua, isenta de uso do mundo, deu origem a toda uma saga de anedotas. A suas pernas de subnutrido, tortas e defeituosas graças à fome que passou na infância, se atribuíam os milagres que operava em campo. Contrastando, *Chega de saudade* (1990) volta-se para o perfil coletivo do grupo de compositores e cantores que criou a Bossa Nova, centrado na figura de João Gilberto. Anos depois, teria uma continuação, intitulada *A onda que se ergueu no mar* (2001), que daria origem a uma coleção de dois Cds com o mesmo título, ilustrando os principais momentos da Bossa Nova. Depois sairia *Ela é carioca* (2001), biografia de um bairro do Rio de Janeiro: uma enciclopédia em verbetes sobre o bairro de Ipanema, suas garotas, suas músicas, seu folclore, suas celebridades e excêntridades, suas personalidades típicas, seus bares, seus artistas, sua fauna bizarra, sua vida boêmia. Mais um é *O anjo pornográfico* (1992), biografia daquele que é tido como nosso maior e mais controverso dramaturgo, Nelson Rodrigues, de obra escandalosa, pessoalmente desbocado e sempre citado pelas fórmulas de

impacto que divulgava em suas matérias jornalísticas (era jornalista por profissão), pelas posições direitistas e pela vida cheia de peripécias.

A Humberto Werneck devemos um trabalho na esfera mais propriamente das letras, *O desatino da rapaziada* (1992), biografia grupal, uma reconstituição do ambiente entre literário e jornalístico de Minas Gerais nas décadas que se seguiram ao Modernismo, com ênfase na trajetória pessoal dos protagonistas, alguns dos quais, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa, se contam entre os mais importantes escritores do país. Para obter material, o autor entrevistou a maioria deles.

Inaugurando uma ramificação do gênero de muito futuro, tal a unanimidade de fãs do esporte entre nós, o projeto editorial Camisa 13 da Ediouro propõe biografias dos treze principais clubes de futebol. Ruy Castro, o campeão do biografismo, responsabilizou-se pelo Flamengo; Sérgio Augusto, crítico de cinema reputado, pelo Botafogo; Sérgio Motta, pelo Fluminense. Os três foram publicados em 2004, mas o projeto vai a todo vapor, já tendo anunciado o total de clubes e de autores. Lembra Lamartine Babo, que no passado compôs os hinos de *todos* os times. Já havia excelentes documentários cinematográficos sobre, entre outros, Garrincha e Pelé. Cada um destes livros foi confiado a um torcedor, e todos escrevem com a paixão que é seu apanágio. O que também ocorre quando, independentemente desse projeto, Luís Fernando Veríssimo escreve a história de seu amado Internacional, de Porto Alegre (2004).

Pouco antes, Roberto Muylaert publicara *Barbosa – Um gol faz cinquenta anos* (2000), biografia do goleiro da seleção brasileira que perdera o jogo final para a uruguaia em 1950, em Copa do Mundo que inaugurara o estádio do Maracanã, assim transformando a festa tida como favas contadas em luto por uma derrota inexplicável.

Essas narrativas não se transformam propriamente em ficção, mantendo antes uma voz neutra e objetiva, mais próxima do jornalismo, não escondendo seu parentesco com a crônica.

A crônica de periódico tem no Brasil um prestígio que jamais alcançou em outros países, e é improvável que em outro ela rendesse um alto congresso internacional, como o de 1988 realizado pela Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, cujas atas, publicadas com o título de *Sobre a crônica* (1992), têm texto de abertura de Antonio Candido. Há escritores que passam ao panteão das Musas só por serem cronistas, como Rubem Braga e Antonio Maria; ou outro que também escrevia poesia, mas morreu sem escrever nenhum livro propriamente dito, Paulo Mendes Campos: esses são três de nossos maiores cronistas, cuja obra *de cronistas* se estendeu pela vida inteira. O patrono dos cronistas é Machado de Assis, que também a exerceu com afinco, fixando um alto padrão de qualidade – neste ponto, são indispensáveis os estudos de John Gledson –, depois reiterado por Carlos Drummond de Andrade. Afora aqueles que são só cronistas, como os supracitados, praticamente todos os nossos grandes escritores a

exerceram. Tem muito a ver com o que Brito Broca chama elegantemente de *sécond métier*, ou seja, o jornalismo fornecendo o sustento a tantos escritores. A exceção é Guimarães Rosa, que jamais foi nem cronista nem jornalista. Tudo isso vem a propósito de chamar a atenção para o quanto este novo biografismo, que é jornalístico e não acadêmico, tem do estilo da crônica, pois é uma espécie de crônica dos tempos próximos, só que mais expandida e estruturada.

Acrescente-se que tais livros são bem menos sisudos que as biografias oficiais, em geral panegíricas, ou as teses. Descartam uma certa solenidade, típica do gênero; em contrapartida, por vezes acolhem versões fantasiosas, pouco comprováveis. Mas o fato de seus autores serem jornalistas, mestres de uma escrita fluente e vivaz, sem dificuldades de leitura, além de incorporarem técnicas ficcionais como o monólogo interior ou o retrocesso, ou ainda a reconstituição puramente imaginária de diálogos, torna indistintas as fronteiras entre os dois domínios.

Ao que tudo indica, a evolução do jornalismo vem expulsando da página impressa profissionais veteranos, especialmente aqueles mais ligados ao campo cultural, que então empregam seus talentos em programas de televisão, em revistas eletrônicas ou no biografismo. A isso associa-se a expansão do mercado editorial nos anos de 1990, quando proliferaram as pequenas editoras, elevando o total dessas empresas no país a quinhentas, na estimativa da Câmara Brasileira do Livro, das quais umas cinquenta maiores controlam 70% do mercado, sobrando uma pequena parcela para as muitas outras. Trata-se de um mercado nada desprezível, já que seu volume de negócios é da ordem de dois bilhões de dólares, classificando-o entre o oitavo e o décimo do mundo.

O êxito de mercado e as altas tiragens que tais livros alcançam obrigam à cogitação de que seu condão possa se beneficiar de ainda outro ingrediente ficcional. De fato, parece ter migrado para o biografismo aquilo que tornava atraente o romance do século XIX, ao privilegiar um herói e os anos de sua formação, e que acabou por desaparecer no século seguinte, quando as vanguardas tenderam a eliminar o enredo. Dessa maneira, a ficção oitocentista abria as comportas para a vivência vicariante, preenchendo funções psicológicas e sociais de relevância, cujas virtualidades poderiam ter-se refugiado hoje nas modalidades biográficas. Enquanto isso, nos catálogos das editoras diminui o número de romances e aumenta o de biografias.

Neste rápido levantamento notam-se certas constantes, como por exemplo a de que os autores são jornalistas profissionais e a de que se tratou inicialmente de um resgate da saga da esquerda, amordaçada pela ditadura. Entretanto, a própria dinâmica do mercado já deu origem a uma linha de subprodutos, menos interessantes, privilegiando empresários, políticos, esportistas, socialites, ou temas parabiógráficos pitorescos, amiúde feitos apressadamente e sem a verve que caracteriza o novo biografismo.

As editoras farejaram o maná, e, uma após outra, apressam-se a encetar a produção de coleções de biografias em livrinhos de baixo custo. A mais ambicio-

sa talvez seja a *Perfis do Rio*, da Relume Dumará, anunciada em cinquenta títulos, que vão desde João do Rio até o físico Leite Lopes, passando por Ferreira Gullar; e, sendo do Rio, multiplica as de músicos populares, seu forte. Em São Paulo, a Boitempo fez algo de similar, ao lançar em 2002 a coleção Paulicéia, que, dividida em quatro ramos, contempla Retratos, Memória/ Identidade, Trilhas (bairros, lugares, bares) e Letras. A Imprensa Oficial do Estado entra na liça em 2004 com a coleção Aplauso, que se dedica às vidas de nossos artistas de cinema, teatro, rádio e televisão, em textos inéditos.

Os mineiros resolveram privilegiar os “lugares de memória”, encetando a coleção *BH – A cidade de cada um*, pela Conceito Editorial. Dos três pequenos livros iniciais, um é de Wander Piroli, *Lagoinha*, sobre o bairro semi-operário semimarginal, fonte de tanta de sua ficção. É claro que as editoras sempre mantiveram coleções de biografias, mas ao velho estilo, enquanto agora a novidade é o formato, a atualidade e a abundância.

Enquanto o resgate da saga da esquerda prossegue, ao longo do percurso muita coisa foi mudando, e outras constantes há, sobretudo no que concerne à escolha dos objetos. Em primeiro lugar, e disparado, confirma-se a posição fora do comum que a música popular ocupa na vida dos brasileiros: a maior frequência é de figuras ligadas a essa área. Já ganharam livros Pixinguinha, Ary Barroso, Lamartine Babo, Baden Powell, Mário Lago, Luiz Gonzaga, Cazuza, Cauby Peixoto, João Gilberto, Aracy de Almeida, João do Vale, Orlando Silva, Elis Regina, Chiquinha Gonzaga, Nelson Cavaquinho, Monarco, Zeca Pagodinho, Renato Russo, Zé Kéti, Wilson Batista, Chico Buarque, o Clube da Esquina e a Bossa Nova; dentre os eruditos, Villa-Lobos. Os mais populares e pitorescos receberam até mais de um, como é o caso de Noel Rosa, Carmen Miranda, Tom Jobim, Vinicius de Moraes e Adoniran Barbosa.

Em segundo lugar, os holofotes iluminam a cena política. E nela, os profissionais, como Ulysses Guimarães, Carlos Lacerda, Gustavo Capanema, Oswaldo Aranha. Ou Gregório Fortunato, o guarda-costas de Getúlio Vargas, estopim de sua ruína. Ou pessoas de projeção com alcance político, como Dom Helder Câmara e Sobral Pinto. Cortando o passo aos biógrafos, Dom Paulo Evaristo Arns, como os dois anteriores figura de proa na resistência à ditadura, produziu em 2000 sua autobiografia. Ganham destaque os presidentes da República, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, marechal Castello Branco, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Estes dois últimos foram até agraciados com um mesmo livro, que coteja as vidas de ambos. Mas também foram contemplados o imperador Pedro II, os industriais Matarazzo e Wolff Klabin, o famigerado ladrão Meneghetti, um homem do povo e negro como Dom Obá, Dona Leopoldina, Mauá, a família Prado, Ayrton Senna, Vlado Herzog, Anita Garibaldi, esta várias vezes. Heloísa Pontes escreveu a biografia do grupo da revista *Clima* em *Destinos mistos* (1998) e Boris Fausto a de sua própria família de imigrantes, instalando-se em São Paulo nos anos de 1940 e 1950, em *Negócios e ócios* (1997).



*O craque Garrincha
e o rei Pelé*

Em terceiro lugar estão os próprios jornalistas e personalidades de palco ou tela. Entre os primeiros, Chateaubriand, Davi Nasser, Samuel Wainer, Paulo Francis, Nelson Rodrigues, Roberto Marinho, por enquanto só os mais espetaculares ou polêmicos. Entre os demais, Glauber Rocha, Dercy Gonçalves, Cacilda Becker, Cleide Yaconis, Lélia Abramo, Procópio Ferreira, Ana Botafogo, Humberto Mauro, Anselmo Duarte, Mazzaropi, Ruth de Souza, um apresentador de TV como Sílvio Santos, o crítico Paulo Emílio Salles Gomes. Este último já se mostrara exímio biógrafo; tendo estreado na França com um livro de sucesso, *Jean Vigo* (1957), sobre o famoso cineasta francês dos anos de 1930, só muito mais tarde traduzido aqui, em 1984. Prosseguiria com *Humberto Mauro*, *Cataguases e Cinearte* (1974) e *Vigo, vulgo Almereyda* (1991, póstumo), sobre o pai do cineasta.

Constituem exceções as biografias de alguém menos bafejado pela mídia e fora desses três grupos, como Portinari, Tarsila do Amaral, Pagu, Carlos

Drummond de Andrade, Lota Macedo Soares (com Elizabeth Bishop), Pedro Nava. Infelizmente, as biografias literárias estão nesse caso. Afora personalidades que monopolizem os trabalhos, como Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto, poucas há, e não seduzem as teses universitárias, embora ultimamente surjam indícios de retomada. Oswald de Andrade, Cecília Meireles, Mário Faustino estão entre os raros contemplados nos últimos tempos, enquanto Clarice Lispector tem recebido várias. Mas alguns dos mais importantes escritores do século passado ainda aguardam o privilégio.

É de notar que o novo biografismo, mais do que o romance, constitui uma fonte para o cinema e a televisão que ainda está longe de se esgotar, em adaptações para filmes de ficção, documentários, docudramas e séries televisivas, alimentando outros circuitos da indústria cultural. Paralelamente, nota-se um desenvolvimento extraordinário da cinebiografia documentária, exibida com frequência na televisão, em formato de meia ou uma hora, quando não do tamanho de um longa-metragem normal. E não só os óbvios, entre os quais Santos Dumont, Glauber Rocha, Mário de Andrade, Lampião, Juscelino Kubitschek, Jango Goulart, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Teotônio Vilela, Carlos Drummond de Andrade, até figuras esquivas como Sousândrade. Não é sem razão o nível de excelência que alcançaram os documentários cinematográficos em nosso país, arrebatando prêmios e público em 2004, quando constituíram um terço dos filmes realizados. Registre-se que um clássico do gênero, dirigido por um dos mais reputados documentaristas, Eduardo Coutinho, é *Cabra marcado para morrer* (1984), biografia da militante Elizabeth Teixeira, viúva de um líder das Ligas Camponesas.

Já a cinebiografia ficcional é de há muito um gênero profícuo em Hollywood, com maior ênfase nas personalidades do mundo musical – cantores, compositores, bailarinos etc. – mas incursionando por outras áreas, como a política e os esportes. Aqui, sublinhando a tendência e confirmando o fascínio que a vida dos outros exerce, os dois campeões nacionais de bilheteria em 2004 foram justamente cinebiografias. *Cazuza* (Suzana Werneck e Walter Carvalho) e *Olga* (Jayme Monjardim) atraíram cada um três milhões de espectadores, o que não é pouco em comparação ao campeão absoluto, *Homem Aranha*, com oito milhões. Ademais, ficaram entre os dez mais assistidos. Nisso, o biografismo suplanta a literatura conspícua. Por isso mesmo, seus autores não são basicamente escritores de literatura do tipo tradicional, mas antes jornalistas, desdobrados em roteiristas de cinema e televisão, bem como autores de telenovela, o que certamente pesa sobre a maneira de escrever.

O país só conhecera um surto editorial de biografismo comparável ao atual nos anos de 1940 e 1950. Porém, com uma diferença essencial: tratava-se de traduções, e não, como agora, de trabalhos originais aqui produzidos sobre assuntos locais.

Três autores, todos nascidos na década de 1880 e falecidos nos anos de 1940, destacam-se um austríaco, um alemão e um holandês naturalizado norte-

americano. Foi a época da voga brasileira de Stefan Zweig, de Emil Ludwig e de Van Loon, os três embarcando na conjuntura favorável a uma linha de divulgação de bom nível. Zweig escreveu algumas biografias tingidas de interpretações psicanalíticas, mas, tornando-se *best-sellers* internacionais, tiveram um alcance extraordinário, e estariam na raiz de seu rápido acolhimento como refugiado no Brasil. Ele já era conhecido e estimado aqui pelas biografias de Montaigne, Fouché, Erasmo, Maria Antonieta, Fernão de Magalhães, Balzac e Freud (este, ao contrário dos demais, infelizmente era vivo), para desgosto de seu biografado, que a repudiou. Emil Ludwig foi, mais que Zweig, um profissional do gênero, como que forçando a mão na dose de sensacionalismo e de interpretações psicológicas atrevidas para a época. A gama de biografias que produziu, numa verdadeira linha de montagem jamais vista entre nós, que o recebíamos via traduções, incluía Bismarck, Wagner, Goethe, Napoleão, o kaiser Guilherme II, Roosevelt, Bolívar, Cristo...

Nessa esteira, viria o prolífico Hendrik Willem van Loon, que se especializaria em compêndios abarcando a história da humanidade, do mundo, das artes, da Bíblia, da América, das navegação, do Pacífico (o Mediterrâneo ficaria por conta de Emil Ludwig), da geografia. Também seria autor de biografias, entre elas as de Rembrandt, Bach, Gutenberg, Bolívar, Jefferson e Gustavo Vasa, o primeiro rei da Suécia. Traduzido por Monteiro Lobato e editado por sua casa, a Companhia Editora Nacional, inspiraria compêndios similares ao tradutor, que os endereçaria aos leitores infanto-juvenis. Van Loon produziria uma espécie de enciclopédia do biografismo num só alentado volume, *Vidas ilustres*. Suas obras, além de serem publicadas até hoje nos Estados Unidos, foram bem acolhidas no Brasil, o que se reconhece pela quantidade de títulos e de reedições.

A essa trindade viria somar-se um francês, André Maurois, também nascido nos anos de 1980, mas que, como viveria duas décadas há mais que os três, produziria em escala maior. O êxito em seu país se refletiu nas traduções pelo mundo afora, inclusive no Brasil. O traço que o destaca da trindade é que se especializou em biografias literárias de bom nível, e a ele devemos as de Byron, Shelley, Victor Hugo, Proust, Balzac, Voltaire, Chateaubriand, George Sand, Alexandre Dumas, afora muitas outras não literárias.

Já foram mais comuns em nosso passado as biografias literárias no sentido estrito do termo, ou seja, de escritores, embora raramente alcancem o nível de Machado de Assis e de Gonçalves Dias de Lúcia Miguel Pereira. O jornalista Raymundo Magalhães Júnior escreveu três, bastante provocadoras, sobre Artur Azevedo, Machado de Assis e Cruz e Sousa, embora aspirem mais ao estatuto de ensaios críticos de forte teor biográfico. Biografias mesmo são, embora não propriamente literárias, os seus *Três panfletários do Segundo Império* (1956), *Dom Pedro II e a condessa de Barral* (1956), *Deodoro – a espada contra o Império* (1957), *Rui, o homem e o mito* (1965).

O caso mais notório, inclusive devido à linha adotada, deve ser o de Elói Pontes, outro jornalista que, a partir dos anos de 1930, publicou várias biografias

literárias de títulos bem chamativos: *A vida inquieta de Raul Pompéia* (1935), *A vida dramática de Euclides da Cunha* (1938), *A vida contraditória de Machado de Assis* (1939), *A vida exuberante de Olavo Bilac* (1944), arrematadas mais tarde por *O romance de Balzac*. A série teve imenso sucesso, causou polêmicas e se manteve viva por longo tempo, à falta de outras.

Todavia, entre os precursores, tivemos no passado os trabalhos de historiadores como Pedro Calmon e Luís Vianna Filho, sem esquecer o excelente *D. João VI* de Oliveira Lima. Pedro Calmon escreveu-as em quantidade, tendo por objeto D. Pedro I, D. Pedro II, D. João VI, a princesa Isabel, Gregório de Matos, Castro Alves e Anchieta. O político Vianna Filho também, fossem de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rio Branco, fossem de José de Alencar, Machado de Assis, Eça de Queirós. Tanta prática acabaria por gerar um livro de reflexões sobre o gênero, *A verdade na biografia* (1945).

Sobre todas essas paira como um protótipo a famosíssima biografia que Joaquim Nabuco escreveu de seu pai, *Um estadista do Império* (1897), provavelmente o ideal inalcançável destes e de outros historiadores brasileiros que se aventurem no gênero, como se pode verificar na paráfrase do título da que Afonso Arinos escreveu sobre seu próprio pai, *Um estadista da República* (1955).

Sem desprezar os franceses, devemos lembrar a linhagem anglo-saxã de magníficas biografias literárias. A que Richard Ellman dedicou a James Joyce é modelar, pela minúcia, pelo cunho exaustivo, pela freqüentação pessoal do autor com o biografado, pela edição da correspondência, por ele preparada, por privar por trinta anos da amizade dele e colecionar seus papéis, e só aí dar por definitiva a biografia. Perfazendo uma trilogia, ao mesmo autor devemos duas outras, as de Oscar Wilde e de Yeats. Entre os americanos, Jeffrey Meyers escreveu várias (de Scott Fitzgerald, Joseph Conrad, Edgard Allan Poe, Katherine Mansfield, Hemingway, Robert Lowell, D. H. Lawrence), além de qualificar-se para escrever, como de fato o fez, três manuais para passar adiante a perícia que adquiriu na prática. São de bom nível – surpreendentes até, por provirem de uma tal linha de produção –, mostrando uma acuidade de pesquisa impressionante, não só dos papéis do biografado, como também dos de seus amigos, correspondência e diários do grupo geracional etc. E é bom lembrar que a primeira completa e notável biografia de Proust – sem desmerecer a recente de Jean-Yves Tadié, cuja autoridade de realizador da nova edição crítica da Pléiade ninguém discute – foi assinada por um inglês, George Painter (1959). Seria de conjecturar se uma grande biografia depende de haver muitas outras antes, assim como depende da acumulação de um acervo especializado, afora uma tradição de pesquisa de arquivo, da preservação de originais, de rascunhos, de apontamentos, que a nova disciplina da crítica genética mais tarde privilegiaria.

Paralelamente, abre-se a nós a possibilidade de um novo biografismo literário a maturidade que estamos atingindo na publicação de epistolografia, não só, mas sobretudo, de escritores, e sobretudo dos escritores do Modernismo. O

hors-concours dessa tendência é Mário de Andrade, campeão como missivista e como destinatário, como comprovam os inúmeros volumes em que suas cartas vieram à luz. Só a correspondência passiva, recentemente aberta após os cinquenta anos de sua morte que estipulou, monta a oito mil cartas, já catalogadas por Telê Porto Ancona Lopes (USP). Trata-se, aqui, de trabalhos que demandam formação especializada por parte de quem os executa, e por isso geralmente provêm das universidades, muitas vezes com o caráter de teses de doutorado, ou dissertações de mestrado.

Entre os beneficiados, afora o imbatível Mário de Andrade, encontram-se Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Mello Neto, Euclides da Cunha, Clarice Lispector e Guimarães Rosa. Deste último, só podíamos contar com a correspondência trocada com o tradutor italiano, Edoardo Bizzarri, por este preparada e recentemente reeditada. Neste caso, foi o próprio escritor quem autorizou a publicação, mas após sua morte tudo ficou mais difícil. Há excelentes cartas nos livros de reminiscências de sua filha Vilma Guimarães Rosa e de seu tio, Vicente Guimarães. E, em 2004, saiu a correspondência com o tradutor alemão Curt Meyer-Clason. Há outras prontas, aguardando autorização dos herdeiros, como aquela com a tradutora norte-americana, Harriet de Onís. Essas trocas com tradutores são preciosas porque descem a minúcias no exame da linguagem, esclarecendo tanto a vida quanto a obra de um escritor tão esmerado no trato dela. E sabemos que é praticamente impossível produzir uma biografia séria, em particular se for de escritor, sem lançar mão das cartas do biografado. A abundância crescente da epistolografia publicada autoriza esperar que as biografias literárias venham a se multiplicar.

Notas

- 1 Philippe Lejeune, *Le pacte autobiographique*, Paris, Seuil, 1975; *L'autobiographie, de la littérature aux médias*. Paris, Seuil, 1980; *Moi aussi*, Paris, Seuil, 1986.
- 2 Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; *A ditadura escancarada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; *A ditadura derrotada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003; *A ditadura encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

RESUMO – O NOVO biografismo é uma tendência em alta no panorama editorial brasileiro. As biografias aqui publicadas usualmente eram traduções, sobre indivíduos de outros países. Entretanto, no último quartel de século surgiu e se impôs cada vez mais, um novo biografismo, escrito por brasileiros e sobre brasileiros, tornando-se um gênero dominante. Seu foco também se aproximou, dirigindo-se não ao passado, mas a tempos recentes.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, Jornalismo, Literatura, História.

ABSTRACT – A NEW biographism is a rising trend in Brazilian edition. A quarter of a century ago all biographies offered to the reader in our country were translations and about foreign figures. Since then it appeared and tended to be a dominant genre a new biographism, written by Brazilian writers, about Brazilian people. Also, they are not focused in the past, but in recent times.

KEY-WORDS: Biography, Journalism, Literature, History.

Walnice Nogueira Galvão é professora titular de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo (USP). Autora de 22 livros sobre Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, crítica literária e cultural. @ – wngalvao@uol.com.br

Recebido em 10.5.05 e aceito em 3.8.05.